

ATA

7ª Reunião Ordinária da Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho 28 de julho de 2009

Local: Fundacentro, sala do conselho – São Paulo/SP

Hora: 10h às 17h

Participantes:

Governo

- Carlos Augusto Vaz de Souza - MS
- Domingos Lino - MPS
- Sonia Maria José Bombardi - Fundacentro
- Viviane de Jesus Forte - MTE

Empregadores

- Clovis Veloso de Queiroz Neto - CNI
- Danielle Silva Bernardes - CNA
- Geraldo A. B. Vianna - CNT
- Luís Sérgio Soares Mamari - CNC
- Magnus Ribas Apostólico - CNF
- Henrique William Bego Soares - CNA

Trabalhadores

- Armando Henrique - FSindical
- Cleonice Caetano Souza - UGT
- Dary Beck Filho - CUT
- João Donizzeti Scaboli - FSindical
- Jorge Alves de Almeida Venâncio - CGTB
- José Alves Couto Filho (Toré) – NCST

Convidado

- Jairo José da Silva - CNTI
- Jurandir Bóia Rocha - Fundacentro
- Luís Antônio Festino - NCST

ATA

1 Domingos Lino, Coordenador-Adjunto da Comissão, ao iniciar a 7ª Reunião Ordinária da Comissão
2 Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho – CT-SST passou a palavra para o Presidente da
3 Fundacentro, Jurandir Bóia Rocha, que esteve presente na abertura da reunião e exaltou a importância
4 dos trabalhos realizados pela Comissão para a melhoria das condições de saúde e segurança no Brasil e
5 reforçou que a Fundacentro sempre esteve e estará de portas abertas com o intuito de colaborar com a
6 Comissão. Após a saída do Presidente, Lino solicitou aos membros que analisassem a ata da 6ª reunião.
7 Sem observações ou alterações, a ata foi aprovada pelos membros. Clovis Veloso de Queiroz Neto - CNI
8 pediu a palavra e apresentou à Comissão os novos representantes da CNA: Henrique William Bego Soares
9 e Danielle Silva Bernardes. Seguindo a pauta do dia, o Coordenador solicitou que o representante do GTS
10 Transporte Rodoviário de Cargas, Carlos Augusto Vaz de Souza – MS, prosseguisse com o informe do
11 Grupo. Carlos falou dos pontos de atualização do Plano de Ação do Grupo, com base na última reunião
12 realizada em 23 de junho, destacando a presença de representantes do DENATRAN e da ANTT nessa
13 reunião e a incorporação dos mesmos aos trabalhos do Grupo. Devido à ausência justificada da
14 coordenadora do GTS - Indústria da Construção Civil, Lino, com a colaboração do membro do GTS Jairo,
15 apresentou para discussão a proposta consensada no GTS sobre a Comissão Interna de Prevenção de
16 Acidentes – CIPA. Após avaliação dos presentes, foram efetuadas as seguintes observações, **em itálico e**
17 **negrito**, que os membros do GTS deverão avaliar e proceder aos acertos necessários visando re-
18 apresentação na CT-SST para os devidos encaminhamentos. **PROPOSTA PARA ANÁLISE:** NR 18 -
19 **CONDIÇÕES E MEIO AMBIENTE DE TRABALHO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO.** 18.33 Comissão
20 Interna de Prevenção de Acidentes CIPA nas empresas da Indústria da Construção. 18.33.1 A empresa
21 que possuir na mesma cidade dois ou mais canteiros de obra ou frentes de trabalho, com mais de 20 e
22 menos de 70 empregados, deve organizar CIPA centralizada. 18.33.1.1 A CIPA centralizada será
23 composta de representantes do empregador e dos empregados, devendo ter pelo menos um representante
24 titular e um suplente, por grupo de até cinquenta empregados em cada canteiro de obra ou frente
25 de trabalho. 18.33.2 Os canteiros de obras e frentes de trabalho com mais de 70 empregados manterão CIPA
26 por estabelecimento dimensionada na forma do Quadro 1: **Solicitado esclarecimento se o quadro**
27 **refere-se ao conjunto de empresas ou por CNPJ, com esclarecimento por parte do Jairo que refere-**
28 **se a CNPJ.**

Nº DE EMPREGADOS POR ESTABELECIMENTO	70 a 150	151 a 300	301 a 500	501 a 1000	1001 a 2500	2501 a 5000	Acima de 5001 e a cada 2500 ou fração
REPRESENTANTES DO EMPREGADOR	1	2	3	4	5	6	+ 1
REPRESENTANTES DOS EMPREGADOS	1	2	3	4	5	6	+ 1

18.34 As empresas que possuem estabelecimentos com menos de vinte trabalhadores, objetivando a prevenção de acidentes e doenças do trabalho, deverão designar de comum acordo entre empregador e empregados um titular e um suplente, responsável pelas atribuições da CIPA, dando ciência de imediato ao Sindicato de Trabalhadores. 18.35 As empresas, mediante celebração de Acordo Coletivo de Trabalho com o Sindicato dos Trabalhadores, constituirão um Comitê Local de Segurança e Saúde no Trabalho - CLSST objetivando o controle de riscos nos locais de trabalho. 18.35.1 - O Acordo Coletivo de Trabalho deve ser celebrado por canteiro de obra ou frente de trabalho, podendo ser firmado por empresas ou grupo de empresas. **Membro da bancada dos empregadores questionou o item perguntando: E SE NÃO HOUVER ACORDO? Diante disso solicita-se ao GTS avaliar e se for o caso proceder as modificações necessárias visando sanar possível problemas decorrentes deste item.** 18.35.1.1 - O Acordo Coletivo de Trabalho deve ser depositado no setor competente do órgão do MTE, com circunscrição na localidade a qual pertence o canteiro de obras ou frente de trabalho. 18.35.2 - Para fins de fiscalização e ou consulta pelos empregados, uma cópia autenticada do Acordo Coletivo de Trabalho deverá ser disponibilizada no canteiro de obra ou frente de trabalho. 18.35.3 - O CLSST será composto por um representante indicado pelos trabalhadores, um representante indicado pelo empregador e por um representante indicado pelo Sindicato dos Trabalhadores. **A representação dos empregadores solicitou esclarecimento, pois a proposta defendida (**por quem? pelos empregadores? pelos trabalhadores? pelo GTS?**) é que o representante indicado pelo sindicato seja alguém sindicalizado que trabalhe na empresa. Neste sentido solicitam a rediscussão do item no GTS.** § 1º A Coordenação do CLSST se dará de forma colegiada, com a participação de todos os seus membros. § 2º - Nos canteiros de obra ou frentes de trabalho, onde houver uma ou mais empresas contratadas ou subcontratadas deverá ser designado em comum acordo entre empregador e empregados um trabalhador para integrar o Comitê Local de Segurança e Saúde no Trabalho. § 3º - A CIPA orientará o processo de indicação dos representantes no Comitê Local. § 4º - O CLSST ficará ativo até o término da obra. § 5º - Qualquer uma das partes, empregador, trabalhadores ou sindicato, poderá substituir seu representante, bastando, para tal, encaminhar adendo ao Acordo Coletivo de Trabalho comunicando sua decisão aos demais partícipes. § 6º - Os integrantes do CLSST deverão reunir-se, no mínimo, a cada 30 dias, registrando os assuntos tratados em ata que ficará à disposição dos trabalhadores e da fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, sendo arquivada junto ao Livro de Atas da CIPA. § 7º - Os membros do CLSST deverão ter disponibilidade de tempo no canteiro de obra ou frente de trabalho com vistas à implementação do Plano de Trabalho. 18.35.4 - Compete ao Comitê Local de Segurança e Saúde no Trabalho: a) Elaborar Plano de Trabalho com vistas ao controle dos riscos no canteiro de obra ou frente de trabalho, encaminhando cópia aos empregadores; b) Propor programas de formação, educação básica e profissional dos trabalhadores no canteiro de obras ou frentes de trabalho. c) Proceder rotineiramente o levantamento de desconformidades nos canteiros de obras ou frentes de trabalho, encaminhando relatório aos empregadores; d) Informar aos trabalhadores acerca dos riscos existentes nos locais de trabalho, orientando-os quanto à prevenção de acidentes do trabalho; e) Colaborar na análise dos acidentes ocorridos nos locais de trabalho; f) Desenvolver esforços no sentido de garantir a implementação do Plano de Trabalho com vistas ao controle de riscos no canteiro de obra ou frente de trabalho; g) Propor medidas de prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho e de melhoria das condições e meio ambiente de trabalho, priorizando métodos e procedimentos de prevenção de natureza coletiva; h) Determinar a imediata paralisação de atividade, tarefa, máquina ou equipamento, sempre que a seu juízo, ocorra uma situação de risco iminente à integridade física ou à saúde de trabalhador ou terceiros; i) Buscar o pleno cumprimento do disposto no Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção, de seu canteiro de obra ou frente de trabalho; j) Realizar reuniões mensais ou extraordinárias quando da constatação de risco grave e iminente à Saúde ou à Segurança no trabalho e ainda, quando da ocorrência de acidentes do trabalho. 18.35.5 - Compete ao Empregador Principal: a) Garantir as condições necessárias para o integral funcionamento do Comitê Local de Segurança e Saúde no Trabalho; b) Atender as medidas propostas no Plano de Trabalho, com vistas ao controle dos riscos elaborado pelo Comitê Local de Segurança e Saúde no Trabalho; c) Disponibilizar os recursos necessários para correção das desconformidades indicadas nos relatórios do Comitê Local de Segurança e Saúde no Trabalho e Livro de ATA da CIPA. 18.35.6 - No Acordo Coletivo de Trabalho constará a nominata dos integrantes da Coordenação do Comitê Local de Segurança e Saúde no Trabalho o livre acesso do representante do Sindicato dos Trabalhadores no Comitê, ao canteiro de obras ou frente de trabalho, com vistas à verificação das condições e meio ambiente de trabalho, sem prévia comunicação à empresa; o programa de treinamento para os integrantes do Comitê Local de Segurança e Saúde no Trabalho. 18.35.7 - O Sindicato de Trabalhadores tem a prerrogativa de Denunciar o Acordo Coletivo de Trabalho, sempre que ficar caracterizado o reiterado descumprimento de normas trabalhistas pela empresa, sua(s) contratada(s) ou subcontratadas. **A representação dos empregadores fez as seguintes observações solicitando ao GTS a possibilidade de dirimir possíveis dúvidas: denúncia para quem? e o que acontecerá após a denúncia?.** 18.35.8 - Os canteiros de obra cuja construção não exceda a 120 dias, ficam desobrigados de constituir CIPA devendo, para o atendimento do disposto neste item, constituir Comitê Local de Segurança e Saúde no Trabalho. 18.35.9 - Aplicam-se às empresas da indústria da construção as demais disposições previstas na NR 5, naquilo em que não conflitar com o disposto neste item. Jorge Alves de Almeida Venâncio – CGTB reiterou que as convocatórias para os GTS fossem também encaminhadas para as Centrais para que não houvesse mais faltas nas reuniões. Na volta

do intervalo para o almoço, Lino iniciou a apresentação sobre as propostas encaminhadas pelas representações de trabalhadores e de empregadores e passou-se a discussão sobre as propostas enviadas para a Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador visando a construção do Sistema Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho – SN-SST. As observações relativas a cada uma das propostas estão registradas **em itálico e negrito**. **PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO DE ITENS DA PNSST:**

1.1. IV. Convenção 111. A política nacional de SST deve assegurar a ausência de qualquer discriminação em matéria de emprego e profissão. Considerando ainda que a discriminação constitui uma violação dos direitos enunciados na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Para os fins desta Convenção, as palavras "emprego" e "profissão" compreendem o acesso à formação profissional, acesso a emprego e a profissões, e termos e condições de emprego. **Inclusão proposta pela bancada de trabalhadores; não houve concordância da bancada de empregadores.** 2.1. PROPÓSITO. A presente Política tem por finalidade a promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida do trabalhador, mediante a articulação e integração, de forma contínua, das ações de Governo no campo das relações de trabalho, produção-consumo, ambiente e saúde. **Alteração consensada do texto original.** 2.2. DIRETRIZES. Construção do Sistema Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho, pactuado entre os diversos órgãos de Governo, órgãos representativos de empregadores e trabalhadores e da sociedade civil e atualizado periodicamente, de forma a articular as ações de atenção, prevenção, normatização, fiscalização, vigilância, sistema de benefícios e reabilitação profissional visando a articulação e ampliação das ações de promoção, proteção, e reparação da saúde dos trabalhadores. **Discussão sobre papel da sociedade civil no SN-SST, não consensada.** 2.3. ESTRATÉGIAS. I - Harmonização das ações de Saúde e Segurança no Trabalho. - Articulação entre os órgãos que desenvolvem as ações de atenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde dos trabalhadores; **Alteração consensada do texto original.** - Articulação das ações de fiscalização, vigilância e interdição nos locais de trabalho envolvendo a representação dos trabalhadores e o SESMT; **Inclusão do trecho final proposta pela bancada de trabalhadores; não houve concordância da bancada de empregadores.** - Elaboração e aprovação de dispositivos legais, adotando regras comuns de SST para todos os trabalhadores, independentemente de sua inserção no mercado de trabalho. **Alteração consensada do texto original.** II - Precedência das ações de prevenção sobre as de reparação. - Priorização das políticas na promoção e prevenção ao invés da monetização dos riscos; **Alteração consensada do texto original.** - Instituir e regulamentar comissões de saúde, trabalho e meio ambiente, com estabilidade, poder de negociação, autonomia e totalmente eleitas pelos trabalhadores. **Inclusão proposta pela bancada de trabalhadores; não houve concordância da bancada de empregadores.** - Criação de linhas de financiamento subsidiado para a melhoria das condições e ambientes de trabalho, incluindo máquinas, equipamentos e processos seguros, em especial para as micros, pequenas e médias empresas; **Alteração consensada do texto original.** - Incluir requisitos de SST para outorga de financiamentos públicos e privados, bem como de isenções fiscais; **Proposta da bancada de empregadores de exclusão do trecho “e privados” e consideração dos empregadores sobre a necessidade de especificação dos requisitos; não houve consenso.** - Incluir requisitos de SST nos processos de licitação dos órgãos da administração pública direta e indireta; **Bancada de empregadores propôs exclusão; não houve consenso.** - Instituir a obrigatoriedade de publicação de balanço de SST para as empresas, a exemplo do que já ocorre com os dados contábeis. **Bancada de empregadores propôs exclusão; não houve consenso.** III - Estruturação de Rede Integrada de Informações em Saúde do Trabalhador. - Fortalecimento do Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário; **Bancada de empregadores propôs exclusão; não houve consenso.** - Atribuir ao SUS a competência de estabelecer o nexo etiológico dos acidentes e doenças relacionados ao trabalho e analisar possíveis questionamentos relacionados com o nexo epidemiológico presumido; **Propostas da bancada de trabalhadores de exclusão do trecho “e analisar possíveis questionamentos relacionados com o nexo epidemiológico presumido” e da bancada de empregadores de exclusão de todo o item; não houve consenso.** 2.4. GESTÃO E ACOMPANHAMENTO. - Participação dos trabalhadores, empregadores e governo, dentro do princípio tripartite. **Alteração consensada do texto original.** - Divulgação de boletins periódicos com informações sobre as ações de SST e dados estatísticos para conhecimento da sociedade. **Inclusão consensada no texto original.** Após as discussões, acordou-se que a representação de Governo fará uma tentativa de reproduzir em um documento/proposta que aproxime as observações apresentadas, e a apresente na 8ª reunião que acontecerá em Brasília/DF, no mês de setembro de 2009, em data e local a serem informados posteriormente. Sem mais.